

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

[Início](#) [Ações 1º Grau](#) [Ações 2º Grau](#) [Parecer](#) [Citações](#) [Intimações](#) [Audiências](#) [Sessões 2º Grau](#) [Buscas](#) [Estatísticas](#) [Outros](#)**Operação realizada com sucesso. Protocolo:**
2806113420200812095228**Recurso 0806313-34.2019.8.23.0010 ☆ - (78 dia(s) em tramitação)**

Órgão Julgador: Câmara Cível em Composição Reduzida


Relator: Elaine Cristina Bianchi

Classe Processual: 198 - Apelação

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Matéria: Matéria Genérica das Turmas Cíveis

Nível de Sigilo: Público

Árvore Processual:  Processo: 0806313-34.2019.8.23.0010 - Procedimento Ordinário
Recurso: 0806313-34.2019.8.23.0010 - Apelação Cível

Dados do Recurso	Partes	Movimentações	Movimentações no 1º Grau	Apensamentos	Ações Vinculadas
Realces 					
Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência					
Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória					
Filtros 					
Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor Público <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Juiz Recursal <input type="checkbox"/> Membro do MP/Delegado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor					
Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/>					
Descrição: <input type="text"/>					
10 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 10					
			500 por pág.		1
Seq.	Data	Evento		Movimentado Por	
	10	12/08/2020 09:52:28	JUNTADA DE PETIÇÃO DE AGRAVO INTERNO Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (31/07/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
10.1 Arquivo: Petição		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO		2575232AGRAVOINTERNO01.pdf Público	
9	11/08/2020 00:03:27	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de SUMAIA SOBRAL DE MELO) em 12/08/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 5) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (31/07/2020) e ao evento de expedição seq. 6.		SISTEMA CNJ	
8	03/08/2020 11:29:59	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 03/08/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 5) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (31/07/2020) e ao evento de expedição seq. 7.		JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
7	31/07/2020 14:19:43	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 5) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (31/07/2020)		Álvaro de Oliveira Júnior Analista Judiciário	
6	31/07/2020 14:19:43	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de SUMAIA SOBRAL DE MELO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 5) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (31/07/2020)		Álvaro de Oliveira Júnior Analista Judiciário	
	5	31/07/2020 12:31:41	CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO	Elaine Cristina Bianchi Magistrado	
4	26/05/2020 09:27:48	CONCLUSOS PARA DESPACHO INICIAL DE RELATOR Para: Elaine Cristina Bianchi		REGINALDO ANTONIO CSISZER Analista Judiciário	
	3	26/05/2020 09:27:48	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO Para Elaine Cristina Bianchi - Câmara Cível	REGINALDO ANTONIO CSISZER Analista Judiciário	
2	26/05/2020 09:21:31	RECEBIDOS OS AUTOS Recurso Autuado Nº 0806313-34.2019.8.23.0010		REGINALDO ANTONIO CSISZER Analista Judiciário	
1	26/05/2020 01:17:19	REMETIDOS OS AUTOS PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA		EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciário	



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR ELAINE BIANCHI DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

Processo: 08063133420198230010

AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
AGRAVADO: SUMAIA SOBRAL DE MELO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos do **RECURSO DE APELAÇÃO** em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Ex.^ª, interpor

AGRAVO REGIMENTAL

da r. decisão monocrática, na forma e termos que passa a expor.

DO CABIMENTO DO PRESENTE AGRAVO:

Dispõe o art. 1.021 do NCPC:

“Art. 1.021 - Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

§ 1º - Na petição de agravo interno, o recorrente impugnará especificadamente os fundamentos da decisão agravada.

§ 2º - O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta. [...]

Tendo sido conhecido e julgado monocraticamente o recurso, para negar provimento ao Recurso de Apelação.

BREVE RELATO DOS FATOS

Alega a Agravada, em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em **25/04/2017**, restando permanentemente inválido.

Assim, ajuizou a presente demanda requerendo a indenização referente ao Seguro DPVAT.

O M.M. Juízo “a quo” entendeu, por julgar parcialmente a demanda condenando a Agravante ao pagamento de indenização no importe de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais) a crescidos de juros, correção monetária e honorários advocatícios.

Considerando a ausência de nexo de causalidade a Agravante interpôs recurso de Apelação o qual foi negado provimento monocraticamente pela i. Relatora.

DA DECISÃO AGRAVADA

Em suas razões de decidir, o Aclarado Relator entendeu por **NÃO ACOLHER** O recurso interposto, sob o fundamento de que as divergências apontadas no recurso não comprovam a ausência de nexo de causalidade.

Entretanto, conforme consta da documentação carreada nos autos, há grande divergência de informações entre os documentos juntados pela parte Agravada nos autos como se verá a seguir.

Antes de ajuizar a presente demanda a parte Agravada realizou pedido administrativo no qual apresentou Boletim de ocorrência registrado em 28/11/2018 informando que o sinistro ocorreu dia 19/04/2017:

DADOS DO REGISTRO	
Data/Hora Início do Registro: 28/11/2018 14:18	Data/Hora Fim: 28/11/2018 14:19
Delegado de Polícia: Adriano Silva Severino Santos	

DADOS DA OCORRÊNCIA	
Ato: 3º Distrito Policial	
Data/Hora do Fato: 19/04/2017 17:30	
Local do Fato	
Município: Boa Vista (RR)	Bairro: Santa Tereza
Logradouro: R Antares	Nº: s/n
Tipo do Local: Via Pública	
Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Não Houve

ENVOLVIDO(S)	
Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRAUTOR)	
Nacionalidade: Brasileira	Sexo: Masculino
Endereço	
Município: Boa Vista - RR	
Nome Civil: SUMAIA SOBRAL MELO (COMUNICANTE)	
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: RR - Boa Vista
Sexo: Feminino	Nasc: 19/07/1977

Porém, juntou aos autos **OUTRO BOLETIM DE OCORRÊNCIA** registrado em 11/10/2018 informando que o sinistro ocorreu dia 25/04/2017:

DADOS DO REGISTRO	
Data/Hora Início do Registro: 11/10/2018 09:52	Data/Hora Fim: 11/10/2018 10:06
Delegado de Polícia: Adriano Silva Severino Santos	

DADOS DA OCORRÊNCIA	
Ato: 3º Distrito Policial	
Data/Hora do Fato: 25/04/2017 17:30	
Local do Fato	
Município: Boa Vista (RR)	Bairro: Santa Tereza
Logradouro: R Antares	Nº: s/n
Tipo do Local: Via Pública	
Natureza	Melo(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Não Houve

ENVOLVIDO(S)	
Nome Civil: SUMAIA SOBRAL MELO (COMUNICANTE)	
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: RR - Boa Vista
Profissão: Vendedor	Sexo: Feminino
Estado Civil: Solteiro(a)	Nasc: 19/07/1977
Nome da Mãe: Elvina Sobral Melo	
Endereço	
Município: Boa Vista - RR	Nº: 374
Logradouro: R Francisco Anacleto da Silva	

Ora i julgadores, conforme documentação acostada, o boletim de ocorrência descreve um suposto acidente ocorrido em 25/04/2019 porém o boletim de atendimento médico informa que no dia 25/04/2019, houve atendimento médico de queixa do paciente de um suposto acidente de moto ocorrido 1 semana antes (pag 18).

Motivo pelo qual, a Agravante passa a discorrer sustentando seu direito eis que não consta nos autos, nenhum documento hospitalar com data da época do acidente, acrescentando, oportunamente, que normalmente, pacientes vítimas de acidente ao adentrarem na rede hospitalar pública, tem registros policiais iniciados no local pelo policial de plantão no ente público.

E mesmo diante, de tantas possibilidades, não há nos autos nenhum documento com a data do período indicado como sendo a data que ocorreu o acidente noticiado. Não havendo certeza absoluta que a lesão sofrida pelo autor, seja decorrente do sinistro alegado.

Neste sentido se o atendimento ocorreu 1 semana após o acidente, significa afirmar que o sinistro se deu em 18/04/2017 e não na data informada no BO.

Ilustre Relator, como de comum sabença, todo Juízo tem seu livre convencimento para compor sua decisão, que será sempre manifestado com arrimo nos fatos, provas e argumentações que lhes forem apresentados, porém, não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Tem-se, Exas., que a decisão da Ilustre Relatora foi equivocada visto que a Agravada não cumpriu os requisitos insculpidos no artigo 373, I do CPC, devendo o mesmo ser colocado em pauta para julgamento, conforme todo o exposto no aludido Agravo interno.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **REQUER A AGRAVANTE QUE SEJA EXERCIDO O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PELA RELATORA E/OU QUE SEJA POSTO EM JULGAMENTO DESTE COLEGIADO PARA QUE CONHEÇA DO RECURSO DE APELAÇÃO, REFORMANDO A R. SENTENÇA POR SER MEDIDA DE INTEIRA JUSTIÇA, razão pela qual**, requer-se que seja reconsiderada a decisão que conheceu e negou seguimento ao Recurso de Apelação monocraticamente;

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR